

FUNDAÇÃO COUTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500928975
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5 655 097,58	5 627 196,21
Ativos intangíveis	5	0,00	239,87
Investimentos financeiros	12.1	1 825,29	1 184,64
		5 656 922,87	5 628 620,72
Ativo corrente			
Inventários	7	3 806,98	2 613,37
Créditos a receber	12.2	16 155,14	26 111,63
Estado e outros entes públicos	12.8	27 252,71	9 831,38
Diferimentos	12.3	1 131,83	7 538,52
Outros ativos correntes	12.4	51 790,39	50 193,91
Caixa e depósitos bancários	12.5	2 012 788,23	155 215,15
		2 112 925,28	251 503,96
Total do ativo		7 769 848,15	5 880 124,68
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	1 113 185,53	1 113 185,53
Resultados transitados	12.6	3 520 005,92	3 586 657,29
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	653 509,55	654 761,78
		5 286 701,00	5 354 604,60
Resultado líquido do período		1 892 075,30	-66 651,37
Total dos fundos patrimoniais		7 178 776,30	5 287 953,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	222 755,85	270 487,87
		222 755,85	270 487,87
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	55 169,38	43 375,25
Estado e outros entes públicos	12.8	63 740,37	51 037,08
Financiamentos obtidos	6	28 994,28	23 817,99
Diferimentos	12.3	21 135,56	18 867,12
Outros passivos correntes	12.9	199 276,41	184 586,14
		368 316,00	321 683,58
Total do passivo		591 071,85	592 171,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 769 848,15	5 880 124,68

A Direção

Contabilista Certificado

FUNDAÇÃO COUTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

500928975

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	8	946 119,36	904 561,40
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.10	653 663,48	680 545,29
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-106 650,57	-157 683,50
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-338 052,46	-316 215,24
Gastos com o pessoal	10	-1 139 479,78	-1 083 078,26
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.12	29 050,00	-67 427,78
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	289,50
Outros rendimentos	8 e 12.14	2 017 439,20	75 049,79
Outros gastos	12.15	-73 525,48	-15 965,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 988 563,75	20 075,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-90 940,17	-83 034,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 897 623,58	-62 958,26
Juros e gastos similares suportados	6 e 12.16	-5 548,28	-3 693,11
Resultados antes de impostos		1 892 075,30	-66 651,37
Resultado líquido do período		1 892 075,30	-66 651,37

A Direção

Contabilista Certificado

FUNDAÇÃO COUTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500928975

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS									
		2018		2017		2016		2015		2014	
Vendas e serviços prestados		307.243,84	366.561,64	47.196,50	44.764,85	0,00	35.068,00	23.109,91	59.166,50	946.119,36	904.561,40
Custo das vendas e dos serviços prestados		-497.661,22	-514.108,13	-34.470,50	-49.561,87	0,00	-23.494,06	-25.065,58	-23.873,47	-1.280.248,33	-1.255.691,50
Resultado Bruto		-190.417,38	-147.546,49	12.726,00	-4.797,02	0,00	11.573,94	-1.955,67	35.293,03	-314.129,97	-351.130,10
Queros Rendimentos		131.808,02	472.043,28	2.406,68	2.478,42	2.050.601,09	0,03	752,62	1.505,09	2.708.375,27	755.892,58
Gastos administrativos		-115.305,97	-129.998,84	-21.022,82	-18.087,64	-42.071,67	-37.587,96	-31.910,83	-34.317,63	-463.491,58	-457.770,25
Queros Gastos		-10.807,55	-13.427,66	-1.964,98	-1.964,98	-400,90	0,00	-655,00	-1.310,01	-33.151,14	-9.950,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-184.722,88	181.070,29	-7.865,12	-22.571,22	2.008.128,52	-26.013,99	-33.788,86	1.170,48	1.897.653,88	-61.998,26
Gastos de financiamento (líquidos)		-1.830,95	-2.274,79	-332,89	-332,88			-111,00	-221,91	-5.548,28	-3.693,11
Resultado antes de impostos		-186.553,83	178.795,50	-8.188,01	-22.704,10	2.008.128,52	-26.013,99	-33.899,86	948,57	1.892.075,30	-66.651,37
Resultado líquido do período		-186.553,83	178.795,50	-8.188,01	-22.704,10	2.008.128,52	-26.013,99	-33.899,86	948,57	1.892.075,30	-66.651,37

A Direção

Contabilista Certificado

FUNDAÇÃO COUTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		980 439,05	943 968,77
Pagamentos a fornecedores		-422 052,78	-418 040,18
Pagamentos ao pessoal		-727 671,10	-687 595,40
Caixa gerada pelas operações		-169 284,83	-161 666,81
Outros recebimentos/pagamentos		210 265,93	238 109,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		40 981,10	76 442,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-135 675,81	-62 925,52
Activos intangíveis		-405,90	0,00
Investimentos financeiros		-772,46	-495,04
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		2 001 370,00	3 000,00
Investimentos financeiros		180,16	30,56
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		1 864 695,99	-60 390,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		11 993,72	276 612,73
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-54 549,45	-135 308,13
Juros e gastos similares		-5 548,28	-3 693,11
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-48 104,01	137 611,49
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 857 573,08	153 664,37
Caixa e seus equivalentes no início do período		155 215,15	1 550,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	2 012 788,23	155 215,15

A Direcção

O Contabilista Certificado

FUNDAÇÃO COUTO

Anexo às Demonstrações Financeiras

2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Ativos Intangíveis	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
7	Inventários	11
8	Rendimentos.....	11
9	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	12
10	Benefícios dos empregados	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
12	Outras divulgações.....	12
12.1	Investimentos Financeiros	13
12.2	Créditos a receber.....	13
12.3	Diferimentos	13
12.4	Outros ativos correntes	14
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
12.6	Fundos Patrimoniais	14
12.7	Fornecedores	14
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
12.9	Outros passivos correntes	15
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	15
12.11	Fornecimentos e serviços externos	16
12.12	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	16
12.13	Aumentos / reduções de justo valor	17
12.14	Outros rendimentos.....	17
12.15	Outros gastos.....	17
12.16	Resultados Financeiros	18
12.17	Provisões, passivos contingentes	18
12.18	Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
12.19	Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

A “Fundação Couto” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, com estatutos publicados no Diário da República, III Série de 05-08-1975, com sede na Av^a. da República, n.º.2223 – Vila Nova de Gaia - Porto. Tem por fim prestar assistência a crianças pobres ou remediadas, sem olhar a ideias políticas ou confessionais, ou a preconceitos de raça ou de cor das assistidas e seus familiares.

A Fundação Couto poderá prosseguir, de modo secundário, outros fins ou atividades de natureza instrumental compatíveis com os fins definidos anteriormente e cujos resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade e/ou pelo valor constante da respetiva escritura de doação.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios	50
Benfeitorias e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 10
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10 a 50

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro devido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Financiamentos obtidos

Os “Financiamentos obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” de “Financiamentos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” não são capitalizados.

A instituição registra os empréstimos pelo custo atendendo à imaterialidade da diferença pelo valor descontado.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

A isenção referida não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, pelo que se considera que a instituição está sujeita a imposto quando presta serviços de hidroginástica, natação e outras atividades desportivas que não se enquadram no objeto social da instituição.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2017	Adições	Abate / Alien.	Transferência	31-12-2018
Bens do Património hist. Artist. Cult					
Bens Imóveis	0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos	2 639 169,39			-2 477 084,27	162 085,12
Edifício	3 768 741,15		-26 920,19	2 682 771,12	6 424 592,08
Equipamento Básico	164 030,86	19 023,62	-29 549,00		153 505,48
Equipamento de Transporte	67 604,37				67 604,37
Equipamento Administrativo	127 455,38	412,55			127 867,93
Outros ativos fixos tangíveis	223 479,66				223 479,66
<i>Investimentos em curso</i>	68 716,63	136 970,22		-205 686,85	0,00
Ativo Tangível Bruto	7 059 197,44	156 406,39	-56 469,19	0,00	7 159 134,64
Depreciações Acumuladas					
Edifício	893 457,72	80 698,88	-6 026,53		968 130,07
Equipamento Básico	127 786,03	7 368,61	-12 232,04		122 922,60
Equipamento de Transporte	67 604,37				67 604,37
Equipamento Administrativo	125 238,37	1 995,45			127 233,82
Outros ativos fixos tangíveis	217 914,74	231,46			218 146,20
Depreciações Acumuladas	1 432 001,23	90 294,40	-18 258,57	0,00	1 504 037,06
Ativo Tangível Líquido	5 627 196,21	66 111,99	-38 210,62	0,00	5 655 097,58

As depreciações registadas no ano 2017, relativas a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, foram 83.034,02€.

Existem dois ativos fixos (imóveis), um situado na Rua dos Polacos e o outro situado na Rua Nova de S. Crispim, que estão a servir de garantia ao financiamento concedido pelo Novo Banco, em Dezembro de 2017, no valor de 200.000,00€.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2017	Adições	Abate	31/12/2018
Programas de Computador	719,55	405,90		1 125,45
Outros ativos intangíveis	12 803,88			12 803,88
Ativo Intangível Bruto	13 523,43	405,90	0,00	13 929,33
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	479,68	645,77		1 125,45
Outros ativos intangíveis	12 803,88			12 803,88
Depreciações Acumuladas	13 283,56	645,77	0,00	13 929,33
Ativo Intangível Líquido	239,87	-239,87	0,00	0,00

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. A rubrica de financiamentos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Financiamentos Bancários:	28 994,28	215 005,85	244 000,13	23 817,99	242 987,87	266 805,86
Novo Banco Inovação III	22 103,01	159 647,05	181 750,06	18 225,99	181 774,01	200 000,00
Novo banco conta corrente caucionada	1 100,00	0,00	1 100,00	0,00	0,00	0,00
Montepio	5 791,27	55 358,80	61 150,07	5 592,00	61 213,86	66 805,86
Outros Financiamentos	0,00	7 750,00	7 750,00	0,00	27 500,00	27 500,00
Total	28 994,28	222 755,85	251 750,13	23 817,99	270 487,87	294 305,86

Os juros e amortizações de capital dos financiamentos, estão divulgados no quadro seguinte:

Descrição	2018			2017		
	Capital Amortizado	Juros	Total	Capital Amortizado	Juros	Total
Novo Banco	18 249,94	3 886,34	22 136,28	53 175,41	1 999,29	55 174,70
Montepio	5 655,79	1 581,38	7 237,17	5 519,99	1 693,82	7 213,81
Outros financiamentos	19 750,00	17,04	19 767,04	0,00	0,00	0,00
Total	43 655,73	5 484,76	49 140,49	58 695,40	3 693,11	62 388,51

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 806,98	2 613,37
Total	3 806,98	2 613,37

- Inventários e gastos do período

MOVIMENTOS	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existência Inicial	2 613,37	2 237,91
Compras	101 907,20	92 196,72
Regularização inventários (inclui donativos em espécie)	5 936,98	65 862,24
Existência Final	3 806,98	2 613,37
Gastos do Período	106 650,57	157 683,50

8 Rendimentos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	2018	2017
Prestação de Serviços	946 119,36	904 561,40
Quotas do Utilizadores (Infância e Juventude)	923 000,45	904 561,40
Serviços Secundários	23 118,91	0,00
Outros Rendimentos	2 017 297,28	75 049,36
Rendimentos em investimentos não financeiros - rendas	34 222,16	32 368,13
Rendimentos em investimentos não financeiros - alienações	1 979 106,34	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1,51	4 840,28
Correções relativas a períodos anteriores	581,24	31 638,39
Outros	3 386,03	6 202,56
Juros de depósitos	141,92	0,43
Total	2 963 558,56	979 611,19

9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

DESCRIÇÃO	Natureza	2018		2017	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	0,00	613 522,38	0,00	607 048,02
IEFP	Não Reembolsável	0,00	730,58	0,00	1 145,81
Ministério da Economia	Não Reembolsável	2 504,48	1 252,23	3 756,71	1 252,23
Total		2 504,48	615 505,19	3 756,71	609 446,06

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram de 3. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 e em 2018 foi de, respetivamente, 68 e 70.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	917 040,73	869 237,34
Indemnizações	2 103,04	0,00
Encargos sobre as Remunerações	202 599,39	191 402,56
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 309,96	8 412,76
Outros Gastos com o Pessoal	5 176,06	9 617,80
Iefp – Estágios e Cei	4 250,60	4 407,80
Total	1 139 479,78	1 083 078,26

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
FCT – Fundo Compensação Trabalho	1 825,29	1 184,64
Total	1 825,29	1 184,64

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	16 155,14	26 111,63
Clientes (Inquilinos e outros)	193,45	1 228,47
Utentes	15 961,69	24 883,16
Dividas de Cobrança Duvidosa	24 300,26	53 350,26
Clientes	0,00	37 272,59
Utentes	24 300,26	16 077,67
Perdas por imparidade acumuladas	-24 300,26	-53 350,26
Clientes	0,00	-37 272,59
Utentes	-24 300,26	-16 077,67
Total	16 155,14	26 111,63

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	955,01	6 913,50
Outros gastos a reconhecer	176,82	625,02
Total	1 131,83	7 538,52
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades	16 139,87	14 081,82
Iefp – Ceis	3 602,76	2 375,47
Rendas	1 392,93	2 409,83
Total	21 135,56	18 867,12

12.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Fornecedores (saldos devedores)	5 074,70	4 866,01
Pessoal (saldo devedor)	0,00	54,58
Fornecedores de investimento (saldo devedor)	3 761,65	782,28
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 981,92	1 240,00
Estado e outros Entes Públicos		
IGEPE – Compensação educadoras	35 319,36	37 451,64
IEFP	3 602,76	5 799,40
Outros Devedores	50,00	0,00
Outros Devedores de cobrança duvidosa	14 077,52	14 077,52
Perdas por imparidade acumuladas	-14 077,52	-14 077,52
Total	51 790,39	50 193,91

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	72,07	600,00
Depósitos à ordem	1 705 216,16	140 115,15
Depósitos a prazo	307 500,00	14 500,00
Total	2 012 788,23	155 215,15

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 113 185,53		1 113 185,53
Resultados transitados	3 586 657,29	66 651,37	3 520 005,92
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	654 761,78	1 252,23	653 509,55
Total	5 354 604,60	67 903,60	5 286 701,00

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	55 169,38	43 375,25
Total	55 169,38	43 375,25

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
ATIVO		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	27 252,71	9 831,38
Total	27 252,71	9 831,38
PASSIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	14 062,84	13 117,71
IVA	4 525,28	0,00
Segurança Social	39 645,56	36 199,91
Tributos das autarquias locais	5 407,84	1 673,72
Fundos de Compensação do Trabalho	98,85	45,74
Total	63 740,37	51 037,08

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
Inquilinos (pagamentos em excesso)	827,00	0,00
Adiantamentos de utentes	8 995,76	12 424,35
Pessoal	1 099,66	3 760,12
Fornecedores de Investimentos	7 549,83	2 590,58
Credores por acréscimo de gastos	174 184,85	161 984,00
Outros credores	6 619,31	3 827,09
Total	199 276,41	184 586,14

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	614 252,96	608 193,83
Doações (donativos dinheiro e espécie)	39 410,52	72 351,46
Total	653 663,48	680 545,29

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	14 117,98	14 929,74
Serviços especializados	154 546,56	135 570,82
Materiais	14 617,74	13 338,17
Energia e fluidos	74 311,55	74 342,86
Deslocações, estadas e transportes	25 507,42	26 990,31
Serviços diversos	51 795,61	48 818,74
Encargos com utentes	3 155,60	2 224,60
Total	338 052,46	316 215,24

12.12 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Os movimentos líquidos reconhecidos nos períodos de 2018 e de 2017, referente às perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber, são apresentados no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por imparidade		Reversões		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Dívidas a receber						
Clientes	0,00	37 272,59	37 272,59	0,00	37 272,59	-37 272,59
Outros Devedores	0,00	14 077,52	0,00	0,00	0,00	-14 077,52
Utentes	8 222,59	16 077,67	0,00	0,00	-8 222,59	-16 077,67
Total	8 222,59	67 427,78	37 272,59	0,00	29 050,00	-67 427,78

12.13 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2017 um ganho líquido, por aumento do “justo valor”, no seguinte instrumento financeiro:

Descrição	2018	2017
Títulos – Fundo CEMG	0,00	289,50
Total	0,00	289,50

12.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Descontos pronto pagamento	8,40	13,76
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos ativos financeiros	1,51	4 840,28
Rendimentos ativos não financeiros	2 013 328,50	32 368,13
Correções períodos anteriores	581,24	31 638,39
Imputação subsídios para investimento	1 252,23	1 252,23
Outros não especificados	2 125,40	4 936,57
Juros de depósitos	141,92	0,43
Total	2 017 439,20	75 049,79

12.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	11 303,75	3 022,52
Dívidas incobráveis (utentes)	40 374,34	6 014,95
Gastos em investimentos financeiros	1,36	0,00
Gastos em investimentos não financeiros (alienações)	15 946,96	0,00
Correções períodos anteriores	5 313,95	4 516,70
Donativos	0,00	1 347,87
Quotizações	498,00	498,00
Outros Gastos	87,12	565,40
Total	73 525,48	15 965,44

12.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5 484,76	3 693,11
Outros gastos de financiamento	63,52	0,00
Total	5 548,28	3 693,11
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	141,92	0,43
Total	141,92	0,43
Resultados Financeiros	-5 406,36	-3 692,68

12.17 Provisões, passivos contingentes

Em 15 de Janeiro de 2018, Márcia Isabel Sampaio Ribeiro Ferreira de Abreu, Psicóloga avençada da Fundação Couto interpôs uma ação judicial de Direito de Trabalho contra a fundação Couto, que corre os seus termos sob o nº de processo 227/18.9T8MTS no Tribunal da Relação do Porto, tendo o Tribunal de 1ª instância de Matosinhos dado ganho de causa a esta instituição. No processo a autora alega que tinha um contrato de trabalho com a fundação couto, pelo que a carta de rescisão do seu contrato de prestação de serviços foi um despedimento ilícito.

O valor da ação é de €18 032,35 € (Dezoito Mil e Trinta e Dois Euros e Trinta e Cinco Cêntimos) a que acrescem em caso de vencimento de causa os salários vencidos na pendência da ação até trânsito em julgado da sentença, a 500€ / Mês, o que nesta data perfaz já mais 9.000,00€, aguardando o acórdão do Tribunal da Relação do Porto.

No seguimento de uma ação Inspetiva levada a cabo pelos serviços de Fiscalização do Centro Distrital da Segurança social do Porto, em 27/12/2018 entenderam estes serviços que a Fundação Couto se encontrava em contravenção da legislação aplicável, porquanto tinha em funcionamento uma creche destinada a 74 utentes sem a autorização de funcionamento por parte da Segurança Social e bem assim, que no entender daquele serviço de fiscalização faltavam 3 animadores sociais a 100% no quadro de pessoal afeto ao Centro de Atividades de tempos livres.

Assim, foi a Fundação Couto notificada, no mês de Maio de 2019, para pagar ou contestar duas coimas, a saber uma no valor de €10.000,00 por falta da autorização de funcionamento, e outra

de €2.500,00 por inexistência de pessoal com a categoria profissional adequada à atividade desenvolvida.

Encontra-se a correr até ao próximo dia 16 de Julho de 2019, o prazo para a contestação, ou de audiência prévia, sendo intenção desta Instituição, contestar a aplicação de tais coimas, e caso não obtenha deferimento, recorrer até às Instancias Judiciais, no sentido de ver as coimas anuladas, ou caso assim não se entenda, reduzidas.

Neste momento o processo ainda se encontra numa fase Administrativa, a correr termos nos serviços da segurança social. Sendo que só após ser devidamente valorada a nossa contestação e ponderado o depoimento das nossas testemunhas, que serão arroladas para o efeito, poderá a Segurança social tomar uma decisão definitiva e recorrível para o Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia.

O Conselho executivo considera que nos casos supracitados é muito pouca a probabilidade de a instituição ser condenada ou obrigada a pagar os montantes referidos, motivo pelo qual foi reconhecida qualquer provisão.

12.18 Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes e de pessoas ao serviço da instituição repartido por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

Resposta Social	Nº. Médio Utentes	Nº. Médio Funcionários
Creche	132	31
Estabelecimento de educação pré-escolar	198	27
CATL - c/ extensão de horário c/ almoço	50	5
Salas Atividades Sócio-Educativas 2 e 3	35	3
Salas Atividades Sócio-Educativas 1	38	3
Centro Desportivo	84	1
Total	415	70

Conforme Artigo 66.º-A - Anexo às contas, n.º 2 os honorários do revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, para o exercício de 2018 foram de 1.200,00 euros.

No seguimento de uma estratégia, há muito, delineada pela Fundação Couto-IPSS de alargar o seu âmbito de ação à terceira idade, população que atenta o aumento da esperança média de vida a par com um aumento crescente das doenças degenerativas e existem grandes falhas de cobertura especialmente para idosos mais carenciados, que só poderão encontrar apoio no sector social e solidário, foi adquirido em 2001 um terreno para a construção de uma ERPI e Centro de dia . Após uma primeira tentativa de construir o lar de terceira idade, no âmbito do projeto PARES I, com financiamento a fundo perdido, que não foi viabilizado, a construção foi adiada *sine dia* por falta de capacidade económica da Instituição.

Contudo no ano de 2018 foi deliberado retomar esse eixo estratégico, e considerando que o prédio propriedade da Fundação Couto na Rua Duque de Loulé, no Porto, junto à Sé se encontrava num péssimo estado de conservação a ameaçar até a ruína das varandas, tendo o Município do Porto instado a Fundação Couto a fazer obras de requalificação, que a Fundação Couto nunca poderia custear, atentas as consabidas dificuldade económicas, que tem sentido nos últimos anos, e considerando ainda, o aumento do valor do imobiliário no centro da cidade, foi decidido vender o imóvel em causa, com o único propósito de avançar com a construção de uma Estrutura Residencial para Idosos no terreno adquirido pela Fundação Couto para o efeito. A venda foi formalizada em 02/11/2018, com a entidade que apresentou a melhor proposta. A Fundinvest-Fundo de investimento imobiliário fechado, propôs a compra do imóvel no estado em que o mesmo se encontrava, pelo preço de dois milhões de euros.

Foi, igualmente deliberado, pelo conselho de Administração desta Instituição de solidariedade social, que a receita proveniente da venda do imóvel em causa seria exclusiva e totalmente afeta à construção da estrutura residencial para idosos (ERPI), não podendo lhe ser dado outro fim. Pelo que o superavit das contas da Fundação Couto, no ano de 2018 deve-se, exclusivamente, à receita extraordinária proveniente da venda do Património desta Instituição de Solidariedade Social, cuja afetação ficou desde logo destinada ao reinvestimento em património, nomeadamente como supra se disse na construção de uma ERPI, com vista a alargar o âmbito de social desta IPSS, à terceira idade do Concelho de Vila Nova de Gaia e concelhos limítrofes, não podendo ter outro destino nomeadamente para cumprimento outros gastos correntes da Instituição.

12.19 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

V.N. Gaia, 29 de Maio de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção / Conselho Executivo
